

## Lista de ilustrações

Figura 1 – Quadro esquemático da Rede Nacional de Cooperação Judiciária .....	39
Figura 2 – Divisão territorial das URGEs do SINGESPA-TRT/MG .....	68
Figura 3 – Quadro esquemático da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.....	235
Figura 4 – Organograma do SINGESPA/TRT-MG.....	287
Figura 5 – Fluxograma do SINGESPA/TRT-MG .....	288



## Lista de quadros

Quadro 1 – Comparação entre as disposições do Anexo da Recomendação n.º 38 do CNJ e os artigos 67 a 69 do CPC.....	27
Quadro 2 – Composição, presidência e atribuições do Comitê Executivo Nacional.....	275
Quadro 3 – Composição, coordenação e atribuições dos Comitês Executivos Estaduais.....	276
Quadro 4 – Funcionamento e atribuições dos Núcleos de Cooperação Judiciária .....	277
Quadro 5 – Estrutura e Procedimentos de Cooperação Judiciária Processual .....	279
Quadro 6 – Imóveis da empresa ré do Caso 1, seus processos e gravações sofridas.....	281
Quadro 7 – Mapa dos princípios e características da cooperação judiciária .....	285



## Sumário

1. Introdução teórico-metodológica .....	1
1.1 Atos concertados entre juízes: a divergência sobre a cooperação processual .....	4
1.2 Aspectos metodológicos.....	13
2. A Cooperação Judiciária: conceito plurívoco .....	19
2.1 A institucionalização da cooperação judiciária como instrumento de administração da justiça.....	19
2.1.1 Resolução n.º 70, de 18 de março de 2009 .....	20
2.1.2 Recomendação n.º 28, de 16 de dezembro de 2009.....	22
2.1.3 Recomendação n.º 38, de 3 de novembro de 2011.....	23
2.1.4 Resolução n.º 198, de 1º de julho de 2014 .....	30
2.1.5 Anteprojeto de Resolução do Sistema Nacional de Cooperação Judiciária .....	33
2.2 Princípio da cooperação processual .....	43
2.3 Cooperação judiciária em infraestrutura, cooperação em gestão judiciária, cooperação judiciária em administração e cooperação judiciária por extensão.....	57
2.3.1 SINGESPA/TRT-MG .....	65
2.4 Cooperação judiciária internacional .....	74
2.5 Cooperação judiciária processual.....	82
2.5.1 Cooperação processual endoprocessual e transprocessual .....	86

3. Jurisdição, processo e cooperação processual.....	93
3.1 Jurisdição: do Estado Liberal ao Estado Constitucional.....	96
3.2 Processo: do procedimento uniforme ao procedimento adequado ...	118
3.3 O CPC de 2015 e a flexibilização procedimental: negócios processuais e cooperação judiciária .....	127
4. Cooperação judiciária processual: jurisdição efetiva e processo adequado....	139
4.1 Cooperação processual: segurança para além da previsibilidade estrita .....	143
4.2 Cooperação processual: princípios e características .....	164
4.2.1 Caso 1: cooperação para a garantia de execuções.....	190
4.3 Cooperação processual: do conflito à conjunção de competências ...	200
4.3.1 Caso 2: conflito entre juízos pertencentes ao mesmo tribunal .	205
4.3.2 Caso 3: concertação de atos entre juízes de ramos distintos.....	209
5. Cooperação e democratização da administração da Justiça .....	219
5.1 Magistraturas: do modelo empírico-primitivo ao democrático-contemporâneo.....	220
5.2 A tendência de democratização da administração da Justiça brasileira .....	230
5.3 Cooperação judiciária: a administração da Justiça horizontalizada.....	242
6. Considerações finais .....	251
Referências .....	257
Posfácio.....	269

APÊNDICE A – Quadros sintéticos sobre os órgãos da Rede Nacional de Cooperação Judiciária .....	275
APÊNDICE B – Quadro sintético sobre a Estrutura e Procedimentos de Cooperação Judiciária Processual.....	279
APÊNDICE C – Imóveis da empresa ré do Caso 1, os processos, os órgãos nos quais tramitam e o registro das gravações sofridas.....	281
APÊNDICE D – Contatos feitos com os juízes de cooperação.....	283
APÊNDICE E – Quadro sintético com os princípios e características da cooperação judiciária e as respectivas previsões normativas .....	285
ANEXO A – Organograma e Fluxograma do SINGESPA/TRT-MG .....	287